

Expresso, 23 de agosto de 2014

DIREITOS DE AUTOR

Nova taxa dividiu Governo até ao fim

Cultura baixou valores. Limite máximo por artigo passou de €25 para €15

A lei foi aprovada em Conselho de Ministros, mas a discussão no Governo continuou. O valor da taxa sobre dispositivos de armazenamento de dados (como *pens* ou *smartphones*), para compensar direitos de autor, só ficou fechado ontem, após semanas de braço de ferro entre a Secretaria de Estado da Cultura (SEC) e o Ministério da Economia. Conclusão: as taxas máximas aplicáveis a artigos como *pens*, memórias, discos rígidos, mas também *smartphones* e *tablets*, foram reduzidas de €25 para €15. O

valor por gigabyte também foi reduzido — nos telemóveis, por exemplo, passou de €0,15 para €0,12, enquanto nos *tablets* caiu de €0,25 para €0,20.

A divergência foi, até ao fim, a que o Expresso noticiou há uma semana: o impacto na economia. Depois de estimar que a proposta da Cultura daria uma receita de €85 milhões (a SEC apontava para €11 milhões), o ministério de Pires de Lima reviu as contas para €37 milhões. Ainda assim, muito acima do valor razoável. Passos Coelho arbitrou a divergência e deu

indicações para que Economia e Cultura se entendessem — a receita final deve ficar entre 15 e €20 milhões, se necessário cortando nas taxas para que esse objetivo não seja ultrapassado. Foi, em parte, o que aconteceu. Em contrapartida, a Economia reviu alguns cálculos que continuavam empolados.

A Sociedade Portuguesa de Autores considera a iniciativa um avanço, embora fique longe do que é "devido e merecido pelos autores", segundo José Jorge Letria. Mas os consumidores não querem pagar mais,

e distribuidores e vendedores não assumem o custo. Cortar na margem de lucro é difícil, diz José Valverde, da Associação dos Sectores Elétrico, Eletrodoméstico, Fotográfico, Eletrónico, explicando que "alguns produtos poderão ter margens à taxa". "Desengane-se quem acha que a taxa não chega ao consumidor", diz Ana Trigo Morais, da Associação de Empresas de Distribuição.

FILIPE SANTOS COSTA
e CLÁUDIA SOBRAL
fscosta@expresso.imprensa.pt



INDEG IUUL
ISCTE Executive Education

EXECUTIVE
EDUCATION

2014/2015

www.indeg.iscte.pt



> Executive MBA

Candidaturas até 1 de setembro

> Mestrados Executivos

Candidaturas até 8 de setembro

> Pós-Graduações

Candidaturas até 8 de setembro



PRIMEIRO CADERNO 13



Fernando
Madrinha

fjmadrinha@hotmail.com

A SUL NADA DE NOVO

Os nostálgicos do Pontal ficaram desapontados com o discurso de Passos Coelho porque não foi mobilizador nem apresentou propostas inovadoras. Houve até quem visse na intervenção do líder do PSD sinais de desistência e de desinteresse pessoal nas eleições do ano político que agora começa. Como se Passos, tão satisfeito consigo próprio por ter salvado Portugal da bancarrota, não se importasse de perder.

O eleitoralismo mais eficaz é, muitas vezes, aquele que não se declara ou se disfarça de antielectoralismo, como na célebre frase "que se lixem as eleições". Esta atitude displicente e, na aparência, desinteressada, tem sido uma constante na intervenção de Passos. A sua tática é fingir que não tem tática; que governa em função do "superior interesse do país", definido e interpretado por si próprio, após o que se submeterá, humildemente, é claro, ao veredicto popu-

lar. Apresentando a sua versão da história e afirmando-se de consciência tranquila por ter cumprido uma missão patriótica perante a incompreensão geral.

Assim aconteceu no Pontal. E até a única novidade do discurso — a recusa de se comprometer sozinho com novas tentativas de cortes definitivos nas pensões — foi, não o parecendo, eleitoralismo puro.

A tática eleitoral de Passos é fingir que não tem tática

Num passe de mágica, fugiu ao confronto desgastante com o Tribunal Constitucional e transferiu as culpas para o PS, como se tivesse sido ele a criar-lhe este problema específico. E ainda arranjo pretexto para, eventualmente, abrandar a pressão sobre os reformados no ano em que vai pedir-lhes o voto.

MARINHO REVELA-SE

Quando se candidatou a eurodeputado, há apenas três meses, Marinho e Pinto não podia ignorar o que é o Parlamento Europeu nem se considerava apto e motivado para desempenhar a função que se propunha. De igual modo estava ao corrente, ao menos por ler nos jornais, das ideias feitas sobre o PE, umas justas, outras nem por isso, desde a força dos lóbis no seu funcionamento até ao *diktat* do politicamente correto, incluindo, por exemplo, matérias de costumes e questões sexuais, por causa das quais foi rejeitado pelo grupo parlamentar em que pretendia integrar-se. E menos ainda ignorava o valor dos salários e das mordomias que os eurodeputados se outorgam e que tanto o indignam agora, mas dos quais, curiosamente, não tenciona abdicar enquanto volta e não volta.

Marinho não podia ignorar tudo isto e muito mais. Mas se ignorava, como tenta convencer-nos nas entrevistas em que, uma semana depois de ter

chegado, anuncia uma renúncia ao mandato europeu para se apresentar a todas as eleições que se seguem — primeiro à Assembleia, depois à presidência da República, caminho inverso ao de Fernando Nobre, outro *outsider* para todo o serviço —, foi um candidato inconsciente, para dizer o mínimo. Não merece os votos de quem lhos entregou, na boa-fé de estar a eleger alguém capaz para o cargo que ele agora despreza.

Com tão flagrante impropriedade, a serem verdadeiros o desconhecimento que alardeia e a surpresa com o que encontrou em Bruxelas, o mais provável era que viesse a ser também um eurodeputado inútil, pelo que não se perderá grande coisa. Mas, infelizmente, nada garante que, com a mesma ingenuidade com que se deixaram enganar uma vez, muitos eleitores não cedam de novo à demagogia barata e inconsequente, como agora se comprova. Não nos bastavam partidos albardeiros. Os espontâneos são da mesma qualidade.

NOTÍCIAS DA BARBÁRIE

O terrorismo sempre se alimentou da publicitação dos seus atos, mas, no passado, estava dependente da mediação jornalística, que constituía e, regra geral, ainda hoje constitui um filtro, pelo menos quanto à exibição pública do horror. A internet mudou radicalmente esta realidade e tornou-se uma arma poderosíssima nas mãos dos terroristas de todas as causas que, a partir do lugar mais recôndito, podem fazer chegar ao mundo inteiro mensagens instantâneas ou imagens cruas das atrocidades que cometem.

Assim acontece com os fanáticos ao serviço do autodenominado Estado Islâmico, exímios na utilização das redes sociais, não só para arregimentar sequestrados como para difundir o medo. O vídeo sobre o assassinio do jornalista James Foley, com o propósito de condicionar a intervenção norte-americana, seguiu-se à divulgação de muitos outros sobre o genocídio de populações

indefesas, pertencentes a minorias étnicas e religiosas, crimes que justificaram e justificam plenamente a intervenção em causa. Está claro que, embora os EUA e o Ocidente sejam o inimigo principal, ninguém está a salvo da ameaça extremista, nem mesmo os muçulmanos de outras linhagens que se encontram, de resto, entre as primeiras vítimas.

Perante o que se passa naquela região, com a desagregação dos Estados e o avanço da barbárie, não falta quem culpe os EUA, considerando que tudo resulta da desastrosa guerra de G. W. Bush a Saddam Hussein. A verdade é que ninguém pode saber como teria evoluído o terrorismo em nome do Islão, ou como tal apresentado, se essa guerra desastrosa no Iraque não tivesse existido. Mas há uma coisa que sabemos: se não fossem os EUA, ninguém mexeria uma palha para tentar travá-lo. E isso vai a crédito de Obama e do poderio americano.